

A TERRA  
DE NAUMÃN  
H. G. CANCELA

RELÓGIO D'ÁGUA



# A Terra de Naumã

Relógio D'Água Editores  
Rua Sylvio Rebelo, n.º 15  
1000-282 Lisboa  
tel.: 218 474 450  
fax: 218 470 775  
relogiodagua@relogiodagua.pt  
***www.relogiodagua.pt***

Título: A Terra de Naumã  
Autor: H. G. Cancela  
Revisão de texto: Joana Nunes  
Capa: Carlos César Vasconcelos ([www.cvasconcelos.com](http://www.cvasconcelos.com))

© Relógio D'Água Editores, Julho de 2018

Encomende os seus livros em:  
***www.relogiodagua.pt***

ISBN 978-989-641-872-4

Composição e paginação: Relógio D'Água Editores  
Impressão: Guide Artes Gráficas, Lda.  
Depósito Legal n.º 443558/18

H. G. Cancela

# A Terra de Naumã

Ficção Científica e Fantasia

# I

Este ano não houve Troca de Ovos. Todos os solstícios da estação seca, durante setenta gerações, as comunidades reuniram-se no Planalto de Naumãn. No alto das escarpas de granito, onde arde o fogo, erguem-se as muralhas com sete Portas. Éramos seis comunidades. Cada comunidade acedia ao espaço ritual pela sua Porta. A sétima, aprendíamo-lo desde a primeira vez que pisávamos o Planalto, era para aqueles que viriam. Uma promessa de posteridade. A garantia de que, depois de cada dia, haveria outro dia, depois de cada ano, haveria outro ano, depois de cada comunidade, haveria outras comunidades. Nós, Naumans de dedos hábeis, respeitamos o passado, mas veneramos o Futuro.

No solstício em que perfazia catorze anos, eu, Alva, da comunidade de Uila, fui com os outros Naumans do mesmo ano conduzida ao Planalto. Enquanto subíamos as rampas que conduziam às Portas, todos levávamos os olhos vendados por uma faixa de sete voltas, tantas quantos os meses em que se divide o ano. Eu seguia com a mão apoiada naquele que me precedia, e servindo de apoio àquele que vinha atrás. Ignorava quem fossem. À medida que subíamos, sentíamos o cheiro da resina queimada, ouvíamos o som dos passos sobre o pavimento de pedra, o pulsar de uma multidão de corações inquietos. Eu era, sabia-o, uma de entre outras na comprida fila de mais de mil jovens que avançavam em silêncio. Nem uma palavra nos seria permitida antes de

circularmos três vezes em redor do altar de bronze e de os áugures nos descerrarem a boca com a chama sagrada, incitando-nos a que, em coro, recitássemos a proclamação do fogo e do Futuro. Só depois nos seria permitido retirar a venda. Aquilo que então se abria aos nossos olhos era o brilho do ouro e da prata, do cristal e do mármore polidos. Toda a riqueza que, por orgulho e peñhor, cada comunidade transportara para o círculo sagrado ao longo de uma história de muitos anos.

A esplanada do Planalto, larga como uma grande eira, está no centro da Terra de Todos. No extremo dos caminhos de ciprestes, esteios de pedra marcam meio dia de marcha a partir da base da colina, delimitando o espaço comum. Esta é, ensinam-no-lo desde pequenos, a terra de ninguém. A terra que ninguém poderá reivindicar como sua. A terra que ninguém poderá conquistar. Um lugar de partilha e de igualdade. Todas as diferenças se apagam quando subimos ao Planalto. Os reis retiram as suas insígnias, os poderosos despem as capas douradas. Nem sempre foi assim. Nem sempre soubemos confiar nos outros e acreditar que os outros confiavam em nós. Aprendemo-lo com dificuldade. Durante gerações, as guerras consumiram a energia e a capacidade de crer no Futuro. As comunidades mais fortes tentavam, através das armas, afirmar o seu domínio e alargar os territórios. Invadiam as terras dos vizinhos, procurando sobrepor-se e conquistar o Planalto de Naumã, conquistando com isso o poder sobre o fogo e o Futuro. Ocupados a lutarem entre si, os Naumans descuuravam as fronteiras exteriores e não eram raros os ataques dos grandes carnívoros. Estes penetravam nas terras desprotegidas, dizimavam o gado nos cercados, arrasavam as culturas e espalhavam o pânico pelas povoações. Algumas matilhas instalaram-se nas montanhas e mantinham as populações aterrorizadas.

As comunidades compreenderam que algo teria de mudar para que pudéssemos sobreviver. Estabeleceram uma trégua de seis anos, um por cada comunidade. Durante esse tempo, os representantes reuniram-se com os áugures e acordaram a paz. Não haveria vencedores, não haveria vencidos. Os agressores retirar-se-iam

para as suas terras, os agredidos não alimentariam ressentimentos. Cada comunidade veria respeitadas as suas fronteiras e a sua dignidade. As armas foram banidas do Planalto, os representantes estabeleceram a Lei Comum. É ela que funda a nossa paz. Aprendemo-la assim que começamos a reconhecer as palavras. Sabemos que em outras comunidades outras crias aprendem os mesmos cinco princípios. Nenhum Nauman poderá erguer uma arma contra outro Nauman. Nenhuma comunidade poderá sair em armas contra outra comunidade. Nenhuma comunidade poderá interferir nos assuntos da outra. Cada Nauman é, no interior do Planalto, igual em direitos e em deveres. Por último, e mais importante, todos os anos, um em cada quatro ovos fertilizados será conduzido ao Planalto para partilha e redistribuição. Depois da Troca, as comunidades regressarão a casa com o mesmo número de ovos, mas não conhecerão a sua proveniência. A partir de então, se um Nauman pegasse em armas para atacar outro Nauman, se uma comunidade se voltasse contra a outra, não saberia se não era os seus filhos ou os seus próprios pais e irmãos que estava a atacar. Há setenta gerações de catorze anos que a paz perdura na Terra de Naumã.

Todos transportamos ao peito uma tabuinha de cerâmica cozida, onde, no sexto dia de vida, os nossos cuidadores nos fizeram imprimir a mão direita e nas costas da qual, antes de a colocarem no forno para vidrar, os áugures riscaram a medida do tempo de cada um. Quando pela primeira vez subimos ao Planalto, depois de termos a boca revelada e os olhos abertos, cada iniciado solta a correia de couro, retira a placa que trás ao peito e entrega-a aos áugures que dominam o fogo. Eles pegam-lhe com uma tenaz de bronze e inscrevem nela alguns traços que só eles compreendem. Depois mergulham-na na rocha líquida, esperam que arrefeça e devolvem-na, gritando para todos o nome que nós lhes murmurámos. Naquele momento é possível escolher um novo nome, comunicando-o ao áugure, ou aceitar aquele que os nossos cuidadores nos atribuíram. Eu escolhi manter o meu, Alva, que significa aquela que vê primeiro. Há versões mais antigas segundo as

quais Alva não significa a que vê primeiro, mas a que vê por último. Mas ver primeiro ou ver por último talvez seja somente a mesma forma de ver. Não se pode ver num dia aquilo que só lá estará no outro. Também não se pode procurar num lugar aquilo que de aí já desapareceu. Não quero ver mais do que aquilo que vejo. Não sou áugure, nem pretendo sê-lo.

Já era noite quando terminou a cerimónia de iniciação. Depois de todos terem recolhido a placa vidrada que garantia a entrada na idade da responsabilidade, cada um se dirigiu à Porta da sua comunidade. Esperavam-nos aí os que nos eram próximos. Os cuidadores, os irmãos mais velhos, os mais respeitados membros da nossa cidade. Na Porta, éramos recebidos pelos representantes no átrio do Paço. Uma vez reunidos, um áugure pedia a cada um que dissesse o seu nome e o ofício que de aí em diante queria assumir. Qual a tarefa, qual o trabalho que faria de nós membros úteis e estimados. A nossa vontade seria respeitada, mas não eram admitidos improvisos. Nos anos anteriores, todos tinham recebido a preparação para a tarefa que se propunham assumir. Aquela que escolheram segundo os trabalhos dos seus cuidadores, ou aquela para a qual, em crias, demonstraram algum talento. Desde pequenos que somos encaminhados para ela. O que quer que tenham visto em mim, fui desde muito cedo educada para organizadora. Foi isso que, com a voz tão firme quanto fui capaz, proclamei no átrio de mármore:

— Alva. Organizadora.

Caber-me-á dar um nome às coisas, dominar os usos que lhes foram atribuídos no passado e descobrir para elas o lugar próprio. Compreender a natureza e conhecer as comunidades. Não nos propomos substituir os áugures. Bastar-nos-á, em cada momento, reconhecer regularidades, compreender as causas e tentar antecipar as consequências. É um trabalho humilde, do qual ninguém retira riqueza nem fama. Aprenderei a fazer o que esperam de mim, do mesmo modo que outros aprenderão outras coisas. Foi, por isso, com a cabeça erguida que ouvi à minha volta outras gargantas proclamarem, orgulhosas, outras actividades, qual delas a mais nobre. Vigilante, caçador, domador. Não os invejava.



Nenhum dos outros ofícios me daria uma satisfação que eu não pudesse encontrar no trabalho que me fora confiado.

Regressei a Uila e assumi as tarefas que me atribuíram. Nos anos seguintes não voltei a participar na Troca de Ovos. Mesmo numa comunidade justa e aberta como é a de Uila, é difícil conseguir um lugar na Embaixada a Naumã. Durante a Troca, cada comunidade deve assegurar a protecção das fronteiras e cuidar dos animais nos cercados e das colheitas nas plantações. A maior parte de nós não assistirá à festa. O direito a estar presente é muito cobiçado. Em cada ano, participam os representantes eleitos ou hereditários de cada comunidade. Participam todos os juvenis de catorze anos. São excluídos os que infringem a Lei Comum. Participam as fêmeas férteis cujos ovos serão colocados no grande cesto da Troca. Todas as outras presenças são disputadas. Em Vodra ou Torre de Mendo, é um privilégio do rei ou do chefe conceder o direito de integrar as cerimónias. Usam esse privilégio para assegurar fidelidades e distribuir recompensas. Em outras comunidades, o direito de participação é o resultado de jogos, de hierarquias de idade ou de condição, ou o prémio por acções valorosas. Há Naumans que apenas uma vez na vida acompanham a Embaixada da Troca.

Foi com surpresa que, cinco anos depois, soube que o meu nome fora incluído na lista daqueles que representariam a comunidade. Eu não solicitara a presença, nem participara nas competições, e não fizera nada ao longo daqueles anos que chamasse atenção sobre mim. Passara a maior parte desse tempo longe de Uila, ocupada a coordenar alguns dos grupos de pescadores e de caçadores de crocodilos estabelecidos nas margens do rio. Fora para ali enviada um ano depois de regressar do Planalto. Eu não era vigilante, competia-me assegurar a convivência entre as povoações. Repetiam-se os conflitos entre elas. Disputavam o mesmo espaço. Frequentemente, o trabalho dos pescadores era perturbado por agressivas batidas ao crocodilo, ou as armadilhas dos caçadores tornadas inúteis pela presença dos pescadores. Eu fora destacada para os povoados do rio como ajudante de um macho

experiente, mas ao fim de dois anos ficara sozinha. Este fora chamado a Uila e não regressara. Nos meses seguintes, alguém se esquecerá de enviar um substituto e eu permanecera como a única responsável por aquele trecho da margem. O rio marcava as fronteiras exteriores da comunidade e da Terra de Naumã. Não era uma fronteira problemática. A largura e a força do caudal eram suficientes para impedir a passagem dos grandes carnívoros, pelo que só raramente os grupos de vigilantes a patrulhavam. Estávamos entregues a nós mesmos. Tive algum sucesso. Menos por respeito à minha presença do que pelo reconhecimento dos seus próprios interesses, os grupos acordaram em coordenar as diferentes actividades, apenas em aparência contraditórias. Só muito raramente o peixe e os répteis coincidiam num mesmo território, e a ausência de uns significava quase sempre a presença dos outros. A pesca prosperou e a caça não se ressentiu.

Havia muito que em Uila nos dedicávamos à pesca e à caça dos grandes crocodilos que se reproduziam nas margens do rio. As peles eram vendidas aos artesãos de Torre de Mendo, especializados na produção de artefactos de couro. Este comércio é uma consequência da Lei Comum.